

## 3a ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ELY FARMACÊUTICA LTDA - ME  
CNPJ 06.192.562/0001-60  
NIRE 35.227.051.997

Pelo presente instrumento particular de contrato social, nesta e melhor forma de direito os abaixo assinados:

**PEDRO MAIA MARTINS DE SOUSA**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 21/12/1991, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n° 48.709.921-7-SSP-SP, expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo em 25/10/2010 e do CPF. n.° 383.334.628-04, residente e domiciliado na Rua Cirene, n° 224, bairro Jardim Macedo, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP. 14091-100;

**BIANCA MAIA MARTINS DE SOUSA**, brasileira, maior, solteira, nascida em 29/06/1995, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. n° 41.928.028-5-SSP-SP, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo em 15/01/2003 e do CPF n° 461.487.988-83, residente e domiciliada na Rua Cirene, n° 224, bairro Jardim Macedo, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP. 14091-100;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo na Rua Vereador Miguel Cury, n.° 22, Galpão I, bairro Distrito Industrial, CEP 14140-000, sob a denominação social **ELY FARMACÊUTICA LTDA - ME**, Contrato Social arquivado e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE n. 35.227.051.997 em 05/11/2012 e última alteração arquivada nessa mesma Junta sob n. 47.583/14-9 em 04/02/2014, inscrita no CNPJ. sob no **06.192.562/0001-60**, têm entre si justos e contratados a presente alteração do contrato social e, ainda consolidar-se num só instrumento todas as disposições contratuais, de acordo com o que estabelecem as cláusulas e condições seguintes:

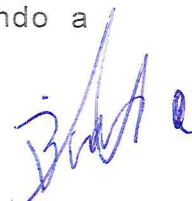
### DO NOVO OBJETO SOCIAL

A sociedade empresária limitada passa a ter como objeto social a **FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS, DE INSTRUMENTOS NÃO ELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO, DE LABORATÓRIO E EMBALAGENS, ARMAZENAGEM, DEPÓSITO, FRACIONAMENTO, ENVAZE E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO.**

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

### I - DO TIPO DE SOCIEDADE

A sociedade é empresária do tipo **LIMITADA** e, nos moldes dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n.° 10.406 de 10/01/2002 do código civil, exercendo a



atividade econômica empresarial organizada, que se regerá pelas cláusulas deste instrumento e nos casos omissos pela legislação vigente.

## II— DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de **ELY FARMACÊUTICA LTDA— ME.**

## III - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade empresária limitada tem como objeto a exploração do ramo de **FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS, DE INSTRUMENTOS NÃO ELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO, DE LABORATÓRIO E EMBALAGENS, ARMAZENAGEM, DEPÓSITO, FRACIONAMENTO, ENVAZE E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO.**

## IV - DA SEDE SOCIAL

A sociedade empresária limitada tem sua sede à Rua Vereador Miguel Cury, nº 22, Galpão I bairro Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, com seu estabelecimento intitulado "**ELY FARMACÊUTICA**", podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos para os fins devidos.

## V - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, ficando sua totalidade, subscrito e distribuído entre os sócios, na seguinte proporção:

**PEDRO MAIA MARTINS DE SOUSA-52%**

= seu capital na sociedade ..... 10.400 QUOTAS.....R\$ 10.400,00

**BIANCA MAIA MARTINS DE SOUSA-48%**

= seu capital na sociedade ..... 9.600 QUOTAS.....R\$ 9.600,00

**TOTAL-100% .....20.000 QUOTAS.....R\$ 20.000,00**

1.º- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

2.º- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

## VI - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade empresária limitada tem sua duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, uma vez observado à legislação vigente, considerando-se seu início em 19/02/2004.



## VII— DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da sociedade cabe somente ao sócio administrador **PEDRO MAIA MARTINS DE SOUSA**, já qualificado neste instrumento, com os poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, representando a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades para estatais, firmar contratos, assumir obrigações, movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, transigir, firmar compromissos, sacar, emitir, endossar, avalizar ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito, como também a contratação de empréstimos bancários, dívidas e financiamentos em Instituições financeiras, vedado no entanto o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social, assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar, alienar ou vender bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização, concordância e assinatura de ambos os sócios, independentemente da ordem de precedência ou nomeação.

1. °- O administrador tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão em geral, e deverá agir de modo a objetivar o maior incremento dos negócios e objetivos sociais
2. °- Os sócios poderão nomear e destituir administrador não sócio através de documento apartado, sendo necessária para essa deliberação, a manifestação unânime dos sócios.
3. °- Os sócios poderão nomear procurador (es) para representá-lo (s) junto à sociedade, mediante procuração específica.
4. °- As procurações outorgadas pela sociedade terão prazo de validade limitado a 2 (dois) anos, exceto aquelas outorgadas para fins judiciais ou para a prática de ato específico, sem previsão exata de término, casos em que, cessadas as razões para as quais foram outorgadas, ficam automaticamente revogadas.
5. °- São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes perante a sociedade, atos de administradores, procuradores ou funcionários que importem na assunção de obrigações ou responsabilidades estranhas ao objeto social.
6. °- Responde por perdas e danos perante a sociedade o administrador que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com os princípios da sociedade

## VIII— DA RETIRADA PRO-LABORE

Somente o sócio administrador **PEDRO MAIA MARTINS DE SOUSA**, poderá ter direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, que será levado a débito da conta específica da sociedade, cujo valor deverá ser fixado de comum acordo entre os sócios, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

## IX - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA



A responsabilidade técnica da sociedade fica a cargo de um profissional devidamente inscrito e habilitado pelo órgão competente.

## **X - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

1. °- Em caso de liquidação ou dissolução, aplicar-se-á o disposto nos Artigos 1.087 e 1.102 e seguintes do Código Civil, devendo os haveres da sociedade ser empregados na liquidação das obrigações e os remanescentes, se houver, rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.
2. °- A retirada, exclusão, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, a menos que os sócios remanescentes resolvam liquidá-la.
3. °- Em caso de retirada, exclusão, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, os sucessores do sócio retirante, excluído, falido, em fase de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida ou extinta não ingressarão na sociedade.
4. °- Nos termos do Artigo 1.085 do Código Civil, é permitida a exclusão de sócios por justa causa.
5. °- Os haveres do sócio retirante, excluído, falido, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida ou extinta serão apurados de acordo com balanço especialmente levantado na data do evento, e pagos a quem de direito em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizado pelo IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data do balanço retro aludido, que deverá estar concluído dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do evento que determinou o seu levantamento.

## **XI— DO BALANÇO GERAL**

O exercício social se encerrará a 31 de dezembro de cada ano, momento em que os administradores da sociedade prestarão contas justificadas de sua administração. Anualmente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses do encerramento do exercício social, a administração levantará um balanço de todas as atividades da sociedade.

Os administradores poderão fazer levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, propor a distribuição antecipada de dividendos.

E facultado aos sócios, anteciparem mensalmente a distribuição de lucros por conta do exercício, mesmo que seja por presunção.

Os lucros líquidos serão distribuídos aos sócios na proporção ou desproporção de suas quotas, na qual será definido em reunião dos mesmos. A responsabilidade dos sócios nas eventuais perdas será proporcional ou desproporcional às respectivas participações em quotas de cada um, na qual será definido em reunião dos mesmos.

No caso de verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos na mesma proporção da divisão de lucros.

## **XII - DO FALECIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Os herdeiros do sócio falecido, de



comum acordo, exercerão o direito às quotas. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade, ou no caso dos mesmos não venham a ser aceitos pelos sócios remanescentes, serão pagos aos herdeiros o resultado dos haveres do sócio falecido, regularmente apurados em balanço especial no dia do evento, no prazo de até 12 (doze) meses, atualizado pelo IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios, contados da data da apuração.

1. °- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002)

2. °- O sócio será excluído da sociedade, mediante iniciativa dos outros sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente. (art. 1.030 CC/2002).

3. °- A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

4. °- As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresse consentimento da sociedade. O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá manifestar esta decisão com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e oferecer suas quotas em condições de transferência por escrito, tendo o outro sócio o prazo de 90 (noventa) dias para manifestação, também por escrito, sobre a proposta de transferência ou cessação, ocasião em que a mesma não dissolverá, sendo que os haveres do sócio retirante serão apurados em balanço para esta finalidade, e serão pagos em até 12 (doze) prestações mensais, acrescidas de encargos financeiros iguais à variação do IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios.

5. °- Havendo contestação ou impossibilidade de acordo, será escolhida, de comum acordo pelos sócios, empresa de auditoria independente para apurar os valores do ativo e passivo da sociedade, da qual levará em conta, particularmente, o valor do "goodwill" (fundo de comércio), utilizando os critérios enumerados nos parágrafos a seguir.

6. °- O preço de cada quota será avaliado após análise do valor do patrimônio líquido da empresa e as perspectivas de rentabilidade futura. Assim, os bens tangíveis serão avaliados seguindo o critério do custo de reposição como novo, descontada a depreciação, e os bens intangíveis serão avaliados pelo valor presente dos benefícios futuros esperados e a metodologia usual no mercado.

7. °- Os haveres da empresa, devidamente acrescidos de juros e atualização, adotando-se o mesmo critério de atualização, previsto na cláusula décima, deverão ser apurados para também compor o valor das quotas.

8. °- Caso o passivo ultrapasse o valor de ser reembolsado pelas quotas, o sócio retirante poderá efetuar o pagamento do saldo remanescente através de 12 (doze) parcelas, mensais, iguais e sucessivas também atualizadas conforme prevê o parágrafo terceiro deste artigo, vencendo a primeira a partir de 60 dias da data do fechamento do balanço para apuração final dos valores.

9. °- No tocante ao título de estabelecimento, nome comercial ou nome de fantasia, ficará a critério dos sócios remanescentes optarem por sua continuidade ou alteração.

10. °- O valor das quotas do sócio falecido ou retirante será pago a quem de direito em 12 (doze) prestações mensais, iguais ou sucessivas, acrescidas de encargos financeiros iguais à variação do IGP-M da FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre os sócios, vencendo a primeira a partir de 60 dias da data de apresentação do relatório da empresa de auditoria contratada, que será em seguida ao fechamento do balanço para apuração final dos valores, levando-se em conta, os critérios supracitados, a conta de lucros ou reservas.

11. °- Decidida à apuração dos haveres do sócio falecido ou retirante, o remanescente, para que a sociedade não sofra solução de continuidade, poderá ceder parte de suas quotas a quem entender, sem que tenha de oferecê-las ao retirante ou a herdeiros e sucessores do falecido.

12. °- Os honorários da empresa de auditoria que vier a ser contratada serão suportados pela sociedade, correndo por conta do sócio retirante ou dos sucessores do sócio falecido os encargos que venham a incidir sobre o pagamento dos seus haveres.

### **XIII - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### **XIV - DOS CASOS OMISSOS**

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições gerais da legislação em vigor sobre sociedades, especialmente o código civil, lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

### **XV - DAS DIVERGÊNCIAS SOCIAIS**

Sobre as divergências, omissões ou dúvidas que se verificarem entre os sócios, inclusive entre herdeiros do sócio falecido com sócio remanescente, reconhecem como competente para conhecer e julgar todas as ações decorrentes desses fatos, o foro de Cravinhos-SP

### **XVI— DO FORO**

Todo e qualquer litígio oriundo deste Instrumento, seja entre os sócios, seja entre os sócios e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, deve ser submetido ao Juízo Arbitral, conforme os dispositivos da Lei n.º 9.307/96, vedado o recurso à equidade.

so Único. Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem



solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito o Foro do Município de Cravinhos, Estado de São Paulo, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O Foro ora eleito, também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

E, assim, por estarem justos e contratados, obrigam-se livremente a cumprir o presente instrumento de alteração do contrato social, lavrado em 03 vias de igual teor e para o mesmo fim, assinada pelos sócios.

Cravinhos-SP, 23 de fevereiro de 2017



Pedro Maia Martins de Sousa  
RG.48.709.921-7-SSP-SP



Bianca Maia Martins de Sousa  
RG. 41.928.028-5-SSP-SP

Testemunhas:

1)

Adison Ricoldi  
RG.19.975.470-SSP-SP

2)

Luis Augusto Yamada  
RG.27.719.948-7-SSP-SP

Jorge Yamada  
OAB-SP 73.997

